



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 091

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE NOVEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os senhores deputados Nereu Moura, Reni Pereira, Luiz Nishimori e Vanderlei Iensen (04), conforme artigo 61 do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Geraldo Cartário**)

Senhor presidente, deputado Natálio Stica, antes de iniciarmos a leitura da Ata, gostaríamos de destacar, aqui, na Assembléia, a presença das nossas amigas e companheiras de Campo Largo, Marlene, Vilma e Nely.

Obrigado por suas presenças.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Geraldo Cartário**)

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC/208, 210 e 212/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projeto de Lei nºs:

173/2003: De autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre compensação a contribuintes do ICMS que comprovarem estarem prejudicados por concorrência no mercado nacional, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.160. **Anote-se - Archive-se.**

530/2003: De autoria do Poder Executivo, que institui parcela denominada “Piso Social Complementar” aos funcionários públicos civis, inclusive inativos e pensionistas do Poder Executivo, o qual foi convertido em Lei nº 14.161. **Anote-se - Archive-se.**

391/2003: De autoria do deputado Hermas Brandão que, altera o artigo 1º, da Lei nº 9.959, de 29 de abril de 1992 (Lei de criação do município de Quarto Centenário), o qual foi convertido em Lei nº 14.163. **Anote-se - Archive-se.**

Sob o nº CTL/CC/211/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri e outros, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 025/2003, do senhor Elias de Paula de Araújo, diretor do FNMA, comunicando celebração de convênio do Ministério do Meio Ambiente e a Universidade Estadual de Maringá, no valor de R\$642.064,00 (seiscentos e quarenta e dois mil e sessenta e quatro reais), com o objetivo de “Implantação do Plano de Gestão Terra Indígena Ivaí”. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 657/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária, no valor de R\$193.526,00 - do Ministério e R\$55.460,00 - Contrapartida, para apoiar a qualificação e fortalecimento do Sistema Cresol de Cooperativas de Créditos, no município de Francisco Beltrão-PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC/206, 207 e 217/2003, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, os Projetos de Lei nºs 103/2003, 188/2003 e 442/2003, de autoria dos deputados Tadeu Veneri,

Luciana Rafagnin e Jocelito Canto, respectivamente. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2522

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 597/2003 (Mensagem nº 033/2003) - cria do Fundo Rotativo em cada um dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, nos Núcleos Regionais de Educação, nas Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação e nas Delegacias de Polícia.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2517

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2519

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das Emendas do Projeto de Lei nº 583/2003, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2004, e do Projeto de Lei nº 584/2003, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o exercício de 2004 a 2007 até o dia 17 de novembro de 2003.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2523

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na condição de presidente da CPI do Banestado, conforme atribuições legais e regimentais, REQUER, a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI por mais 15 (quinze) dias, em razão do grande volume de documentos que ainda serão entregues à Comissão e para possibilitar a análise dos mesmos, além de audiências públicas que ainda devem ser realizadas, como a do ex-secretário da Fazenda Giovani Gioné-

dis, que mais uma vez não compareceu para depor em data de hoje.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamentos:

Ademir Bier, Waldir Leite, Doutor Luciano, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Francisco Bühner, Delegado Bradock, Miltinho Pupio e Pedro Ivo Ilkiv.

JUSTIFICATIVA:

A CPI do Banestado foi instalada em 17 de março de 2003, com duração prevista de 120 (cento e vinte dias). Até 30 de junho decorreram 106 dias. Tivemos recesso no mês de julho. Reiniciamos as atividades em 01 de agosto. No dia 14 de agosto fechou os 120 (cento e vinte) dias. Houve, então, a primeira prorrogação, por 60 (sessenta) dias, que, terminará em 13 de outubro de 2003. Em razão do volume de trabalho existente e de estarmos aguardando ainda documentos relativos a quebras de sigilo bancário determinada pela Justiça Federal (uma relacionada a diretores, empresas; outras relacionadas à Rio Paraná, e outras relacionadas aos relatórios do Banco Central do Brasil), proponho a prorrogação de prazo por mais 15 (quinze) dias a contar de 13 de novembro, ou seja, a CPI do Banestado concluirá seus trabalhos em 28 de novembro de 2003.

Há unanimidade nos julgados do Supremo Tribunal Federal, quanto às prorrogações sucessivas, desde que a CPI encerre seus trabalhos na Legislatura em que foi criada.

Como exemplos citamos um compilado de decisões dos eminentes ministros Sidney Sanches, Carlos Veloso e Sepúlveda Pertece: o termo final de legislatura em que constituída é o limite intransponível de duração, ao qual, com ou sem prorrogação do prazo inicialmente fixado, se há de restringir a atividade de qualquer comissão parlamentar de inquérito. O Tribunal Superior Federal, julgando o HC nº 71.193-SP, decidiu que a locução “prazo certo”, inscrita no parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição, não impede prorrogações sucessivas dentro da legislatura, nos termos da Lei nº 1.579/52. III.

REQUERIMENTO Nº 2521

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e à Comissão de Saúde desta Casa de Leis que seja efetuado um diagnóstico da situação do Lixão de Paranaguá, seguidas das providências necessárias junto ao Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Paranaguá para que se busque uma solução para o grave problema que está ocorrendo no local.

É necessário e urgente um alerta às autoridades sobre o caso, pois é inadmissível que um problema sócio-

ambiental desta gravidade esteja ocorrendo no litoral do nosso Estado, numa cidade histórica como Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2525

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Senhor governador do Estado do Paraná, solicitando informações a respeito da aplicação da Lei Estadual nº 14.087 de 11 de setembro de 2003, que institui o “Programa Luz Fraterna”, em especial sobre o “Programa Social da Copel”:

- De que forma e onde as pessoas podem se cadastrar?

- Existe prazo para término do cadastramento para o Programa Luz Fraterna, através do Programa Social da Copel?

- Existe prazo para extinção do Programa Social da Copel?

- Em caso de resposta afirmativa aos itens anteriores, informar os motivos da extinção do programa;

- Qual o procedimento a ser adotado pelos consumidores, que são beneficiados pela Lei nº 14087 através do Programa Social da Copel;

- Qual o procedimento a ser adota pelos consumidores que, morando em casas diferentes de um mesmo terreno, utilizam-se de um mesmo marcador? É possível individualizar os gastos de cada consumidor de energia?

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Segundo a Lei nº 14.087 que institui o programa “Luz Fraterna” serão beneficiados os consumidores cadastrados em algum dos programas sociais do governo federal ou no Programa Social da Copel. Ocorre que pessoas têm nos procurado e relatado que não conseguem se inscrever no Programa Social da Copel e por consequência não são cadastrados no Programa Luz Fraterna.

REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e considerando que as informações solicitadas através do Ofício nº 018/2003 (cópia anexa), protocolado em 15 de outubro último, não foram prestados até esta data, envio de solicitação de informações ao Instituto Ambiental do Paraná, relativamente ao número de licenças ambientais concedidas para construção de HU's e PCH's e quantas foram canceladas (excepcionalizadas), juntando cópia da Portaria nº 76/2003 - IAP, declinando as respectivas razões sociais dos requerentes e os critérios e condições legais que orientaram as decisões desse Instituto Ambiental do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2527

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário seja enviado pedido das seguintes informações à Copel, através do chefe da Casa Civil, Dr. Caíto Quintana:

a) Com quanto por cento da capacidade estão operando cada uma das usinas geradoras de energia elétrica no Estado do Paraná.

b) Qual a capacidade prevista em cada uma dessas unidades?

c) Qual a quantidade de armazenamento de água de cada usina geradora de energia? Em quanto por cento se encontra essa capacidade?

d) Por quanto tempo o Estado do Paraná suportaria a escassez de água, para geração de energia?

e) Qual o montante de energia que está sendo comprada pelo Paraná, qual sua procedência e qual o custo para a Copel?

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Honório Serpa pela passagem, no próximo dia 16 de novembro, de seus 11 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Dinacir Eugênio Tramontin, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Ivan Dalchiavon, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam

e cumprimentem a laboriosa população de Honório Serpa.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Histórico: É muito antiga a movimentação no território do atual município de Honório Serpa, sendo que os primeiros registros são contemporâneos ao descobrimento dos Campos de Palmas.

Por volta de 1986, Diógenes Serpa, sua esposa Eufrásia e mais os filhos Honório e Ozório se estabeleceram na região. A família Serpa marcou seu nome na historiografia paranaense.

Da primeira povoação nomeiam-se pioneiros, além da família Serpa, as famílias Bufon, Brito, José Madureira, Sebastião Eleutério, José Antonio Ozório, Helpídio dos Santos, Bento Madureira, Crescêncio Ferreira, Juventino Cordeiro, Noredin dos Santos.

O primeiro comércio da localidade foi instalado pela família Bufon e atendia toda a comunidade. Em 11 de agosto de 1964, através da Lei Estadual nº 4.901, foi criado o Distrito Administrativo de Honório Serpa, com território pertencente ao município de Manguaçu.

Pela Lei nº 9.184, de 08 de agosto de 1990, foi criado o município de Honório Serpa, com território desmembrado de Manguaçu. A instalação ocorreu no dia 01 de janeiro de 1993, sendo que a data da comemoração municipal se dará no dia 16 de novembro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, orgulha-se em transmitir a toda a população de Honório Serpa, o reconhecimento e admiração por acreditarem num futuro próspero para o município.

REQUERIMENTO Nº 2520

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Sr. Nilson de Oliveira, pelos mais de 30 anos dedicados, com competência e talento, à profissão de radiologista no município de Ponta Grossa. Nesses mais de 30 anos de profissão, Nilson conquistou a credibilidade dos pontagrossenses graças ao seu trabalho sério moldado com um caráter firme. Lamentamos, ao mesmo tempo, seu desligamento da Rádio Central do Paraná, também em Ponta Grossa, ocorrido há poucos dias e temos consciência que não será facilmente substituído.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Rua Coronel Dulcídio, nº 1226, Centro, CEP: 84010-280 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando empenho para instalação de um redutor de velocidade eletrônico na PR 280-Km 176, no município de Renascença.

A população do município de Renascença reivindica a instalação do redutor de velocidade, por conta de que muitas pessoas, na maioria das vezes crianças, estão sendo vítimas de atropelamentos naquele trecho da rodovia, muitas mortes estão acontecendo, por não existir no local um redutor de velocidade instalado.

As crianças e familiares que atravessam a rodovia nos horários de movimentos mais intensos (saída e chegada da escola), bem como, trabalhadores urbanos que atravessam para trabalhar nas empresas e indústrias localizadas no outro lado da Rodovia são vítimas de acidentes fatais.

Trata-se de um trecho extremamente rápido da rodovia, por ser uma reta seguida de uma descida e de pouca visibilidade pelos pedestres e motoristas, e como muitos trabalhadores e crianças circulam diariamente, e necessariamente tem que atravessar a pista, arriscando as suas vidas, pedimos a colaboração da Secretaria no sentido de poder viabilizar a instalação do redutor.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças partidárias: PL, PSL, PPS, PSB, PTB.

(Declinaram)

PFL com a palavra. Deputado Elio Lino Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, o que nos traz na tribuna no dia de hoje, senhor presidente, é a questão que envolve os grandes debates políticos no Estado do Paraná.

Nós sabemos que o governador Roberto Requião, no início do seu mandato era ainda quando era candidato ao governo do Estado, ele fez algumas promessas no Estado, uma delas de acabar com o pedágio no Estado do Paraná. Já se passaram dez meses, está findando o primeiro ano de governo Roberto Requião e a imprensa toda está noticiado que no dia 1º de dezembro nós teremos um novo reajuste no pedágio das rodovias no Estado do Paraná. A mesma coisa aconteceu com a Luz, com o leite e com água - e nós assistimos ontem, ao menos em parte, o programa do PMDB, transmitindo em cadeia para toda a imprensa no Estado do Paraná, quando o governador fez menção a alguns programas que ele tinha implantado

no seu mandato, agora, fazendo menção sobre a energia de graça para os pobres no Estado do Paraná. Nós só lamentamos que quando o Requião era candidato a sua promessa era, deputado Stica, o senhor que preside a Sessão de hoje, que a luz seria de graça para todo o pobre no Estado do Paraná. Pois bem, assume o governo do Estado e o que ele fez? A luz é de graça para quem ganha menos do que meio salário mínimo *per capita* na família.

Ora, e uma das entrevistas ontem no programa do PMDB dizia - onde se viu, eu ganho pouco e como que eu vou pagar 80 reais da energia elétrica? Ora, quem gasta 80 reais gasta muito mais do que 100 kw/hora/mês.

Então, existe uma incoerência. Acho que foi muito falho quem produziu o programa do próprio PMDB no dia de ontem. Fazendo menção também sobre o número de empregos gerados no Estado do Paraná - nós já nos referimos sobre esta questão aqui na Assembléia dizendo qual a mágica que um governo consegue fazer, seja municipal, seja estadual, até governo federal, que em apenas 10 meses de governo fazer com que o número de empregos cresça como está crescendo no Estado do Paraná. Isto é um reflexo de um programa implantado no Estado há mais de oito anos.

E o governo do Estado, Roberto Requião, todos nós conhecemos e o Paraná conhece, ele, através das suas atitudes, isto aconteceu recentemente, agora com os transgênicos, que foi, na verdade, empurrado goela abaixo na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Paraná tem um prejuízo enorme em relação a isto. Ontem o nosso líder, deputado Durval Amaral, quis formar uma comissão especial para que a Assembléia fosse informada qual o prejuízo que o Paraná e o Porto de Paranaguá têm em relação ao não embarque da soja que hoje está sendo escoada pelo Porto de Paranaguá para o mundo inteiro.

E o governador Roberto Requião, no início do ano, e aqui faço um alerta até para a própria CPI da Copel, quando foram rompidos os contratos dizendo que o Paraná era auto-suficiente na geração de energia elétrica. Muito bem, senhores deputados, hoje a imprensa está noticiando que o Paraná precisa importar energia elétrica, diante da estiagem pequena que nós estamos atravessando. Ora, um governo tem que ter planejamento sim! E não é concebível que de uma hora para outra nós rompamos os contratos com as empresas que visam gerar a renda e dar infra-estrutura para que o Estado possa se desenvolver economicamente e diante de uma pequena estiagem que atravessamos a reserva dos nossos reservatórios, no Rio Iguaçu que é o maior rio que fornece energia elétrica para o Estado do Paraná e nós até exportamos, estão os seus reservatórios limitados em 19%. Vejam onde nós chegamos, o Paraná importar energia elétrica, e a CPI da Copel ainda está em funcionamento!

Concedo o aparte ao deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Nobre deputado Elio, será que nós vamos comprar energia da Argentina ou de outros países, ou importar de

outros Estados, já estamos importando, muito bem lembrando pelo deputado Luiz Carlos, para que a Copel não dê o braço a torcer, como se diz no linguajar popular, tendo em vista que nós temos aqui uma termelétrica de 400MW, em Araucária que ao que tudo indica poderia funcionar num brevíssimo espaço de tempo. Mas será que o governo não quer efetivamente colocar essa usina em funcionamento e vai dar preferência para importar energia de outros Estados? Qual será o prejuízo para a sociedade paranaense? O que é pior para a sociedade paranaense, esta afronta jurídica com a UEG Araucária ou simplesmente adquirir a energia porque a Copel inclusive é sócia dessa usina?

O Sr. Marcos Isfer

Eu só gostaria de dizer que o que nós apuramos dentro da CPI da Copel não foi tanto com relação à necessidade ou não desta ou daquela usina mas sim com relação às contratações e a forma das contratações.

Com relação à importação da Argentina, essa prática inclusive permanece mas num contrato já refeito que não obriga o Estado mais a pagar, use ou não use. Agora só se paga quando usa.

Com relação à UEG a discussão técnica continua, na verdade não é a questão da UEG, em si, e sim a compra que foi feita da segunda modalidade e que o próprio pessoal da Siemens hoje já dá algumas declarações dizendo que não havia necessidade. E segundo: a questão de segurança da empresa que até hoje muitos falam mas ninguém atesta. Em momento algum alguém chegou lá e disse que aquela usina poderia operar tranqüilamente. E a responsabilidade de operar a usina, naturalmente, tem que ser muito bem discutida.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH

Deputado Marcos e senhores deputados, eu tenho recebido esta semana, no meu gabinete, uma resposta, nós entramos com um requerimento pedindo a retomada da construção de uma pequena usina hidrelétrica localizada entre Toledo e Ouro Verde do Oeste. E a informação que eu tenho recebido, esta semana, através da assessoria do governador do Estado do Paraná, é que não seria necessária a construção de novas usinas no Estado do Paraná, sem um cuidado todo especial uma vez que o Estado do Paraná era auto-suficiente na sua energia elétrica.

Eu, inclusive, vou trazer para os senhores deputados, para quem quiser ver a informação que partiu da assessoria do governador do Estado. E hoje estamos vendo exatamente o inverso na imprensa, que o Paraná busca importar energia de outros países uma vez que estamos no limite. Sabemos que o trabalho que a CPI está fazendo, busca apurar diversas possíveis irregularidades dentro da Copel e contratos realizados. Agora, não podemos, a bel prazer, romper os contratos firmados com o governo do Estado. Porque quem faz o contrato não é o

Roberto Requião e nem o Jaime Lerner, é o governo do Paraná, ele representa o Estado. Então, o que estamos fazendo com o rompimento dos contratos? Estamos espantando os investimentos do Estado do Paraná. E essa questão dos transgênicos, do Porto estar pondo barreiras, quem está agradecendo é o governo de Santa Catarina. Alguém me disse hoje brincando, até por ser sério, que o Estado de Santa Catarina vai dar o título de cidadão honorário para o governador Roberto Requião uma vez que ele está fortalecendo com essas medidas o Porto de São Francisco e outros Estados. E nós temos compromissos com o Estado. Fico triste, senhor presidente e senhores deputados, quando o governador na imprensa hoje em relação ao pedido de Informações que fizemos ontem, aqui, na Assembléia. Ontem pedimos informações ao governo do Estado de quanto ele gastou para ir despachar na Ilha das Cobras, levando secretários, levando e trazendo. Qual o custo disso para o Estado do Paraná? Por que fizemos isso? Porque o ex-governador quando despachava no chapéu pensador, quem está no Palácio hoje condenou essas atitudes. Agora, o atual governo despacha na Ilha das Cobras, fora do perímetro urbano de Curitiba. O governador disse que era uma brincadeira o pedido de informações deste deputado.

Ora, lamento profundamente. Governador Roberto Requião, que já foi deputado, aqui, na Assembléia Legislativa, que já foi senador da República, qual é a função do Parlamento? É fiscalizar, esclarecer dúvidas. É isso que temos que fazer. Agora, se para o governador isso é uma brincadeira... o meu trabalho não é brincadeira. Agora, se ele estava brincando na Ilha das Cobras, eu não sei. Brincando com as cobras, brincando com o mar, ou o que estava fazendo. Eu não estou brincando em serviço não. O que queremos é que o governo do Estado responda e esclareça a sociedade o porquê de despachar na Ilha das Cobras. O que trouxe isso? E esclareça também à sociedade do Paraná o que está acontecendo com a Copel? O que está acontecendo com a energia!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao PT. Usará da palavra o seu Líder o senhor deputado Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Senhor presidente e senhores deputados. O que me traz hoje a esta tribuna é estar me somando a outros companheiros que já fizeram uso da palavra para tratar do assunto das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá. Até porque tenho em mãos documentos de várias regiões, aqui de Curitiba. E também a previsão do orçamento, falava agora com o presidente da Comissão, é de mais de 100 milhões para a Região Metropolitana de Curitiba. E que nós ainda não temos. O projeto de lei do deputado, que passou por esta Casa, Joel Coimbra, que data de 12 de julho de 1998 sancionado e ainda não regulamentado. Como lembrava ontem, estive já algumas

vezes reunido com a secretária Eleonora Fruet e com o secretário Strapasson, com os prefeitos da Região. E é bom lembrar que amanhã os prefeitos da possível Região Metropolitana de Maringá estarão reunidos às 18 horas na Câmara Municipal da minha cidade, Sarandi, para estar discutindo, esperando resolver de uma vez por todas essa questão. Quero cumprimentar aqueles que já se preocuparam com a questão - o Luiz Nishimori, minha companheira Cida Borghetti e de Londrina o André Vargas, o Barbosa Neto e a companheira Elza Correia.

Queremos lembrar, ainda, que segundo o relatório feito, as vantagens da regulamentação desse projeto são muitas. Vou elencar algumas sem especificá-las, por questão de tempo.

Algumas Vantagens e Benefícios com a Implantação da Região Metropolitana:

1 - planejamento integrado do desenvolvimento regional: possibilita maior racionalidade na oferta de serviços de infra-estrutura, reduzindo custos e equilibrando as disparidades sócio-econômicas entre os municípios, objetivando a melhor qualidade de vida da população, conseguidas através de ações conjuntas e integradas e não através de ações isoladas.

Através deste, obtém-se mais eficiência em setores que transcendem as divisas dos municípios, como o meio ambiente, o transporte coletivo, o saneamento básico, etc.;

2 - integração do transporte metropolitano com tarifa única;

3 - tarifa telefônica local entre os municípios integrantes da região metropolitana;

4 - maior desenvolvimento do comércio local, proporcionando a geração de empregos;

5 - prestações dos serviços de utilidade pública de:

a - saúde e educação;

b - transporte coletivo;

c - segurança pública;

d - limpeza pública;

e - abastecimento d'água;

f - esgoto sanitário;

g - abastecimento alimentar;

6 - exercício do poder de política administrativa para:

a - preservação ambiental;

b - controle do uso e ocupação do solo;

c - preservação do patrimônio histórico e cultural;

d - definição e execução do sistema viário intra-regional.

7 - A utilização de incentivos técnicos e financeiros como estímulo à atividade econômica;

8 - captação de recursos: facilidade na obtenção de recursos internacionais, federais e estaduais, para o pleno desempenho e execução dos planos, programas e obras de impacto regional. Nesta captação de recursos, como já lembrei para Curitiba para o ano de 2004, é de mais de 100 milhões e que nós, infelizmente, desde 98, a lei já aprovada ainda não regulamentada.

Queremos lembrar que o artigo 25 no seu parágrafo terceiro da Constituição Federal, delega aos Estados a criação, através de lei complementar de regiões metropolitanas. E a Constituição Estadual no seu capítulo terceiro - artigos 21 a 26, define a instituição e a organização das regiões metropolitanas. O que quero pois, com a minha fala, reforçando o que outros companheiros já disseram, que irão pedir para que o governador Roberto Requião, o mais rápido possível, regulamente a lei da Região Metropolitana de Maringá e de Londrina para que tenhamos os benefícios que acabaram de ser elencados.

Concedo aparte ao deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas

Obrigado pelo aparte, deputado Padre Paulo.

Na Audiência Pública com a Dra. Eleonora Fruet levantei essa questão, conversava com vários deputados de Maringá, Londrina, da região, da necessidade de fazermos uma emenda e conversarmos com os membros da Comissão de Orçamento e elaborarmos uma emenda coletiva para começar a instalação das regiões metropolitanas de Londrina e de Maringá. Entendo que essa previsão não deva estar só no Orçamento e o mais grave não é não estar no Orçamento é não estar no PPA, portanto, nos próximos 4 anos. E essa correção o governador precisa estar sensível, mas nós, do Parlamento, haveremos de corrigir essa distorção.

Obrigado.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Quero lembrar, ainda, que a Região Metropolitana de Maringá está compreendida por mais de 500 mil habitantes. Quero louvar também hoje, que está na Ordem do Dia, o projeto de lei do presidente desta Casa, incluindo o município de Ivatuba e um que estou encaminhando para a Casa, que inclui o município de Itambé na respectiva região metropolitana. Ontem, mencionava o companheiro Neivo Beraldin, da necessidade de criarmos um outro meio de transporte que seriam os três regionais.

Em 1997, o BNDES decidiu patrocinar um estudo que respondesse a essas questões contratando órgãos competentes para ver a viabilidade do transporte ferroviário das regiões. Foram pesquisados nove Estados do nosso país. Dentre eles aqui o Paraná, a região de Maringá, Londrina e as comprovações, segundo pesquisa que tenho em mãos, que de fato é muito mais viável o transporte ferroviário do que o transporte rodoviário. Nós sabemos também disso sobejamente.

É esta a minha reivindicação e peço que de fato o governador Roberto Requião, o mais rápido possível, esteja regulamentando essa lei que tanto nós maringaenses aguardamos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado ao PMDB. Concedo a palavra ao seu líder deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ouvi o deputado Elio Rusch reclamar da posição do governador Roberto Requião, do seu pedido de informações feito ontem. E o governador se dispôs sempre e mandou, independente da liderança do PMDB ou do Governo, que os requerimentos aprovados nesta Casa, seriam respondidos em cinco dias. Temos sabido que alguns deputados têm reclamado que as respostas às vezes não têm vindo nos cinco dias determinados pelo senhor governador. Mas não queremos que o deputado Elio Rusch seja tão rápido, em 24 horas. E queria saber quanto custou, como foi. Acho que o governador é independente, foi eleito pela maioria do povo paranaense. Tem independência para ir a Brasília, Clevelândia, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon, quantas vezes quiser. Vai por sua livre e espontânea vontade. É sua a responsabilidade com os recursos do Governo. Custeia e convida lá quem ele quer.

Ele determina aos seus secretários que compareçam numa audiência, que ele procura receber a todos para não ficar no Palácio, muitas vezes tratando de outros assuntos, recebendo telefonema do presidente Lula, de ministros, de coisas de sua responsabilidade de governador. Ele é o governador, como nós somos os deputados. Cada um dirige o Poder, o Executivo, o Legislativo, de acordo com a sua responsabilidade e com os seus compromissos. Não será o deputado Elio Rusch, nem eu, nem ninguém que irá nortear e dizer ao governador, que é um homem independente, que sabe o que faz, inteligente, homem respeitado no Brasil inteiro e fora deste país. Ele poderá receber o título de Santa Catarina sim, porque ele é casado com uma catarinense, que honra a mulher paranaense e brasileira. E catarinense não é demérito receber um título. Tive a felicidade também de casar com uma catarinense. Temos também o deputado Dobrandino que sei que é catarinense. Temos outros deputados. E é nosso Paraná, que progride neste Brasil, se destacando como maior produtor de grãos, segue Santa Catarina que vem *pari passu* com Rio Grande do Sul, como São Paulo. A minha região Sudoeste foi colonizada por catarinenses e gaúchos. É uma honra.

Espero que algum deputado inteligente de lá apresente esse projeto. Como nós poderíamos muito bem apresentar ao governador Amim, que não vendeu o seu Banco. Teve dignidade, não se corrompeu, não se entregou ao Governo Federal Fernando Henrique, que arrebentou este país. E ontem nós nas aulinhas do Requião às 08h00 da manhã, àqueles que puderam comparecer. Lá nós ouvíamos um ex-comandante da Aeronáutica, da Marinha dizer - que Fernando Henrique dizer que o Fernando Henrique cometeu um crime de lesa-pátria ao deixar as multinacionais explorar o nosso petróleo, a vender depois com a sua exploração, a vender o petróleo pelo preço mundial e que esse petróleo que tínhamos uma previsão de 30 anos, talvez se exaure muito tempo antes. O petróleo é a causa das brigas do Iraque, do mundo inteiro.

O governador Requião é um homem que pensa bem, pensa para o futuro, é uma liderança emergente neste país, respeitado desde o presidente da República até ao mais simples cidadão desse Estado.

Então, deputado Elio Rusch, desculpe-nos a sua intromissão indevida num governo sério. Importante, talvez, será que a nossa reunião, não minha, mas do nosso governador que é apoiado por vários partidos, será que é mais desonesta que aquela reunião que foi feita no litoral paranaense, na ocasião para a venda da Copel?!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo mais um minuto para V. Exa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Não quero colocar dúvida em nenhum deputado, diz que era um hotel. Mas, lá foi para se fazer um acerto, aqui foi para se cobrar eficiência dos homens do governo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado à Liderança da Oposição.

(Declina)

Horário destinado a Liderança do Governo.

(Declina)

Pela ordem o deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Só quero deixar registrado, senhor presidente. Ontem, fomos procurados, o senhor também foi, por diversos diretores de escola, que estão com uma preocupação com referência à municipalização, que é um projeto, um processo que vem acontecendo do Estado do Paraná, do Brasil inteiro. Mas, nós temos 10 escolas, aqui, que devem ser municipalizadas extintas ou reduzidas.

Nós estivemos na manhã de ontem procurando o secretário da Educação, não foi possível que nos recebesse, por razões inclusivas justificadas. Fomos recebidos pelo seu chefe de gabinete e tínhamos para a tarde de ontem, o compromisso da resposta do chefe de gabinete de nos informar, a mim, a deputada Elza e a deputada que nos acompanhou também, da Comissão de Educação Cida Borghetti como seria feito esse processo.

Só estou registrando nesse plenário, porque até o presente momento, em que pese a deputada Elza ter ligado agora para a Secretaria e, nós não temos absolutamente nenhuma resposta.

Estou dizendo isso, porque é possível que os senhores deputados sejam procurados, provavelmente alguns já estão sendo, como por exemplo o deputado Barbosa tem sido procurado e, que infelizmente a Comissão de Educação não tem nenhuma resposta porque o que deveria ser feito até ontem, às 18h00, até hoje às 15h10, sequer uma ligação foi dada.

Era esse o recado que eu queria dar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Pela ordem a deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Gostaria de deixar consignado também, já havia falado com o deputado Tadeu Veneri, a esse respeito. Nós estivemos lá acompanhando o presidente da APP, alguns diretores, professores e pais de alunos, que estão angustiados com a questão da municipalização, até em função das matrículas e rematrículas dos alunos.

Fizemos uma proposta de que fossem aceitas as matrículas e rematrículas e, que cada diretor de escola fosse sendo chamado para conversar sobre a situação específica de cada escola, para estabilizar essa situação de angústia dos pais. Falei agora com a Secretaria e nesse exato momento havia falado inclusive com o deputado, que o Luciano estava despachando com o secretário, por isso, não havia dado a resposta até o momento, mas que em seguida ele faria o contato com os deputados que estiveram lá.

Por que faço esse registro? Para deixar claro que não é uma questão de má vontade do secretário da Educação, que tem nos recebido a todos com muita serenidade, com muito compromisso e atenção a esta Casa, até que me provêm ao contrário.

O secretário não tem furtado aos seus compromissos e à sua responsabilidade. Portanto, ficou o registro do deputado Tadeu Veneri e fica o desta deputada que já havia falado com o deputado Tadeu Veneri, que a resposta não veio ainda, porque o assessor do secretário estava fazendo, naquele momento, a discussão com o Secretário.

É importante que as coisas sejam devidamente esclarecidas.

Muito obrigada!

O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)

Gostaria de comunicar todos os deputados que prorrogamos o prazo para emendas ao Orçamento para uma reunião, após o plenário, na Liderança do Governo.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Senhor presidente, da mesma forma que falei há dez minutos atrás, volto a repetir, ontem procuramos e agora há dois minutos atrás fui procurado pela Mari, que acabou de telefonar, informando que o secretário está pessoalmente visitando as escolas.

Procurou quatro escolas na parte da manhã. Visitou cinco agora à tarde. Justificando-se com a Comissão de Educação. Então a justiça está sendo feita. Estamos aqui colocando na tribuna que esse problema está sendo resolvido na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 50 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que cria a Caderneta Escolar no âmbito da rede pública estadual e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela procuradoria Geral do Estado, contra o agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva e irreformável e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Salles - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede e foro no município de Moreira Sales. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ, por unanimidade.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. PARECER

FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ, inclusive com o voto do deputado Neivo Beraldin.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, com sede no distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Porto Amazonas, imóvel situado naquele município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre a comunicação em braille dos números e avisos constante nos painéis de elevadores conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre questões relacionadas com liberdade de crença religiosa, fixando obrigações alternativas e tratando da realização de concursos públicos seletivos aplicação de provas e atribuições de frequência a alunos no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Aprovar neste turno apenas o Substitutivo.

Para encaminhar o deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Para Encaminhar)

Senhor presidente, protocolamos em julho deste ano um Projeto nº 351/2003, relacionado à liberdade de crença religiosa, em função de princípios que a minha religião e outras mais adotam como princípio de conduta.

Em agosto deste mesmo ano, o deputado Rafael Greca protocolou um projeto com o mesmo objetivo. Estipulava o domingo como o dia obrigatório de realização de concursos públicos.

O relator da CCJ, através de pedido formulado a este Plenário apensou, aliás não foi o relator, foram apensados os dois projetos e o relator buscando a junção das duas idéias realizou um Substitutivo Geral aos dois projetos.

Gostaríamos de destacar que a constitucionalidade dos projetos tanto do nosso, nº 351, quanto do deputado Rafael Greca não foi questionado. Portanto, foram considerados constitucionais e oportunos, somente o relator objetivou diminuir desta Casa unindo os dois projetos em um só, no entanto, acabou deixando o artigo 3º do nosso Projeto de fora do seu Substitutivo Geral. Por isso, gostaríamos, uma vez que participamos; uma vez que seguimos e vivenciamos esses princípios aos quais estamos defendendo; uma vez que nós demos o exemplo quando do dia de posse da nova gestão, no dia 01 de fevereiro de 2003, aqui não estivemos até o pôr do Sol e só tomamos posse após a eleição da Mesa, que já havia sido realizada, estamos pedindo para os nobres parlamentares que derrubem o substitutivo e aprovem o projeto de autoria deste deputado na sua íntegra e conforme o projeto original anexado e protocolado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em votação o Substitutivo. Deputados que aprovam o Substitutivo permaneçam como estão. **Rejeitado.**

Em votação o projeto. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica, para a Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que torna obrigatório o fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos em estabelecimentos centrais de compras e shopping centers. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção À Maternidade e à Infância de Moreira Sales, com sede no município de Moreira de Sales e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 534/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Água da Laranja Azeda, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a reserva de vagas para afro-descendentes em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino Fundamental, com sede no Distrito de Primavera, município de Juranda e foro no município de Ubiratã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 613/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública a Associação Internacional Beneficente de Ensino Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura e Medicina Tradicional Chinesa (Unichin), com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Porto Amazonas, com sede no município de Porto Amazonas e foro no município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/2003, de 29/04/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 234/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Porto Amazonas, com sede no município de Porto Amazonas e foro no município de Palmeira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professora Hildegard Sondahl, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/2003, de 20/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 279/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, em tela de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professora Hildegard Sondahl, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 279/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professora Hildegard Sondahl, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos do município de Realeza, com sede e foro no município de

Realeza. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2003, de 21/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 285/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos do município de Realeza, com sede e foro no município de Realeza.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Amor a Vida - GAV, com sede e foro no município de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 394/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Amor a Vida - GAV, com sede e foro no município de Castro

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Nova Tebas e Pitanga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057/2003, de 05.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 409/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Nova Tebas e Pitanga.

O projeto se encontra acompanhado de documento assinado por todos os prefeitos dos municípios em questão.

Este relator recebeu correspondência do deputado Alexandre Curi, autor do projeto, solicitando que excluísse do mesmo o município de Nova Tebas, face a manifestação do senhor prefeito e que incluísse o município de Manoel Ribas, também acompanhada pela manifestação do senhor prefeito municipal.

Fundamentação

O projeto de lei apresenta óbices de natureza constitucional.

A iniciativa deve ser proposta mediante projeto de lei complementar, conforme o disposto no artigo 21 da Constituição Estadual:

“Art. 21 - O Estado instituirá mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos favoravelmente a regular tramitação do projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ
AO PROJETO DE LEI Nº 409/2003

Art. 1º - Fica criada a “Região Administrativa do Centro do Estado do Paraná”, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Manoel Ribas, Pitanga.

Art. 2º - Fica designada para sede da Região Administrativa do Centro do Estado do Paraná a cidade de Pitanga.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Cultural de Música Harmonia Celeste de Medianeira, com sede e foro no município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2003, de 18.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 443/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Cultural de Música Harmonia Celeste de Medianeira, com sede e foro no município de Medianeira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 5.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 566/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que denomina o prédio do Instituto Médico Legal de Curitiba como Instituto de Medicina Legal Dr. Elias Zacarias. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2003, de 23.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 566/2003

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 566/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, tem por objetivo denominar o prédio do Instituto Médico Legal de Curitiba como Instituto de Medicina Legal Dr. Elias Zacarias.

Dr. Elias Zacarias é, reconhecidamente, uma referência na área da medicina legal, o que motivou a solicitação de muitos colegas de trabalho para prestar-lhe justa homenagem pelos relevantes e dedicados serviços prestados ao Estado do Paraná dentro de sua profissão, exercendo todos os cargos de chefia no Instituto Médico Legal de Curitiba, inclusive o mais elevado, o de Diretor Geral, função que ocupou de 1975 até advento de sua aposentadoria.

O projeto de lei do senhor deputado Ângelo Vanhoni tem ótima relevância ao ficar evidente uma manifestação de reconhecimento dos serviços prestados ao povo do Paraná, pelo Dr. Elias Zacarias.

Em sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se pela aprovação da presente proposição, pois não foi encontrado óbice de natureza legal,

constitucional e regimental para a normal tramitação da proposição.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DOUTOR LUCIANO - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - Fepge, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06/10/2003 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 582/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º a criação do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - Fepge/PR, que tem por finalidade suprir a Procuradoria Geral do Estado com os recursos financeiros necessários para fazer face suas despesas.

Na justificativa, o autor ressalta que o elevado interesse público na criação do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná está presente na necessidade de constante aprimoramento técnico-jurídico dos integrantes da Procuradoria Geral do Estado, mediante o aparelhamento da biblioteca pela aquisição de obras jurídicas que auxiliem nas defesas do Estado, e por meio da participação dos procuradores em cursos e congresso, de modo a mantê-los sempre atualizados e aptos a defender o Estado de forma mais eficiente.

A proposta em questão obedece fielmente ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que em seu artigo 1º inclui os Fundos como sujeitos à LC 101/2000. O artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal permite a destinação de recursos a pessoas privadas, desde que assim disponha lei específica.

A norma do artigo 14 da LC 101/2000 refere-se à concessão de incentivo ou benefício tributário, e a receita que será atribuída ao Fundo não tem natureza tributária, nem está sendo concedido benefício ou incentivo. Ainda que algumas das receitas atribuídas ao Fundo possam revestir-se de natureza tributária, tais como taxas, não haverá renúncia de receita, e sim vinculação da receita financeira ao Fundo da Procuradoria Geral do Estado. Além desses argumentos ressalta-se que a receita constante do presente projeto de lei não integrava o planejamento contido nas leis orçamentárias do Estado do Paraná.

A destinação de parcela da receita do Fundo para pagamento do prêmio de produtividade deverá atender o que dispõe o artigo 26 da LC 101/2000, que conforme antes salientado, foi atendido.

A sujeição do Fundo à prestação de contas do Tribunal de Contas, e às demais normas de controle, atende

ao princípio da transparência contido no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao que determina o artigo 50 da LC 101/2000, quanto à escrituração e consolidação das contas públicas.

Ante ao exposto, chamada esta relatoria a se manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, sendo, pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.
(a) HERMES FONSECA - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 582/2003

P A R E C E R :

Somos favoráveis a criação do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - Fepge/PR, que tem por finalidade suprir a Procuradoria Geral do Estado com recursos financeiros para fazer face as suas despesas.

Entendemos que a proposta atende ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal e os recursos utilizados, para o aprimoramento técnico-jurídico dos integrantes da Procuradoria Geral do Estado, aparelhamento da biblioteca através da aquisição de obras jurídicas que auxiliem nas defesas do Estado e participação em cursos e congressos, de modo a mantê-los sempre atualizados e aptos a defender o Estado de forma mais eficiente.

O Fepge/PR prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.
(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ANDRÉ VARGAS - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/2003, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Idosos Unidos no Amor, com sede e foro no município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2003, de 07/10/2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 598/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública o Grupo de Idosos Unidos no Amor, com sede e foro no município de Toledo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 609/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13/10/2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 609/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei complementar, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Maringá.

A Constituição Federal, em seu artigo 25, parágrafo 3º, reza que:

“Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

A Constituição Estadual em seu artigo 21, reza que:

“Art. 21 - O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.”

Segundo a justificativa do autor, quando da criação da Região Metropolitana de Maringá, através da Lei Complementar nº 83, de 17 de junho de 1998, por esquecimento do legislador o município de Ivatuba, que está historicamente e geograficamente ligado aos municípios da região, ficou fora da área de abrangência da referida região metropolitana.

Isto posto, a Comissão de Constituição de Justiça, analisando o aspecto constitucional, legal e regimental da proposta, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 609/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira que declara de Utilidade Pública a Obras Sociais Santa Terezinha, com sede e foro no município de Sertãoópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Aprovado. (Publ. no DA nº 083/2003, de 15.10.2003)).**

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 633/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública a Obras Sociais Santa Terezinha, com sede e foro no município de Sertãoópolis.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 28

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 117/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, propõe ao Poder Executivo a instalação e manutenção de creches nas escolas e colégios da Rede Pública Estadual no âmbito do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovada. (Publ. no DA nº 088/2003, de 28.10.2003).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES INDICAÇÃO Nº 117/2003

P A R E C E R :

A presente Indicação em análise de autoria do nobre deputado Mauro Moraes, tem por objetivo propor ao senhor governador a instalação e manutenção de creches nas escolas e colégios da Rede Pública Estadual, no âmbito do Estado do Paraná.

Quanto aos aspectos sobre o qual esta Comissão deve se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor Governador do Estado do Paraná.

Somos portanto, de parecer favorável à sua aprovação na forma proposta.

Sala das Comissões, em 03.11.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2520, de autoria do senhor Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO

Para encaminhar senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, senhores deputados: Queria aproveitar nesta tarde para fazer, como radialista que sou há 22 anos, me congratular com o nosso companheiro, o radialista Nilson de Oliveira, que recentemente foi dispensado da Rádio Central do Paraná. É uma tática me parece fascista e antidemocrática que está acontecendo em Ponta Grossa.

Recentemente, a rádio que nós trabalhamos há 13 anos foi comprada por um partido político em Ponta Grossa; e nós perdemos aquela emissora que há 13 anos trabalhamos.

Hoje estamos apenas falando na Rádio Antena Sul de Castro, já que um partido político usando não sei de onde o dinheiro, comprou os direitos daquela emissora pagando um alto custo para isso. E, agora, recentemente esse mesmo partido político que, em respeito aos companheiros desta Casa não vou citar, comprou uma segunda emissora - os direitos políticos dessa emissora - e tirou do ar nada menos, nada mais, que um verdadeiro pai da comunicação de Ponta Grossa, o radialista Nilson de Oliveira, que há muitos anos foi o radialista de maior destaque na região dos Campos Gerais, sendo campeão de Ibope a nível nacional em Ponta Grossa.

Foi retirado de forma covarde do ar: de forma do poder, como na ditadura militar foi retirado do ar numa traição que se fez principalmente aos comunicadores desse Paraná.

Eu como radialista que sou e há 22 anos que luto, que nunca tive uma estação de rádio em meu nome, que sempre trabalhei, que sempre dependi da profissão para sobreviver, quero deixar aqui o meu repúdio a esse partido ou a essas pessoas que de forma imoral, sem respeito, estão a comprar uma coisa que é concessão pública e que deve ser respeitado o direito das pessoas.

Então, lamento muito, senhor presidente, que o radialista Nilson de Oliveira, um dos maiores comunicadores da história da nossa cidade e da região dos Campos Gerais, um homem que lutou a vida toda, que tem uma história da comunicação do estado do Paraná, tenha sido tirado de maneira covarde e traiçoeira, num acordo com uma estação de rádio que está sub judice em Ponta Grossa e que há contrato que está sendo bancado por pessoas que não merecem o respeito do povo de Ponta Grossa e muito menos dos Campos Gerais.

Por isso, que faço esse voto de congratulações a ele, porque é uma pessoa que sempre trabalhou em benefício da nossa comunidade.

Quanto a mim, não se preocupe porque estou em 1º lugar nas pesquisas em Ponta Grossa. Isso não nos preocupa.

Mas, o que nos preocupa é tirar uma pessoa que há muitos e muitos anos tenha sido e é um dos maiores comunicadores da história de Ponta Grossa.

Infelizmente, parece que estamos na velha ditadura em que pessoas são arrancadas do meio de comunicação sem poder expressar a sua vontade. Que a ditadura de ontem é a ditadura financeira de hoje.

Os que tiram do ar comunicadores de destaque são exatamente aqueles que lutaram contra a democracia e diziam, lá atrás, que precisava Democracia neste país.

Por isso senhor presidente, como Radialista profissional que sou, nem como deputado, mas como Radialista, registro aqui meus votos de muita tristeza pela nossa cidade deixar de ter um comunicador das manhãs como tinha, porque alguém comprou o horário.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Para encaminhar, com a palavra o deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Gostaria apenas de me somar ao pronunciamento do deputado Jocelito Canto, mesmo sem conhecer esse Radialista, o Nilson de Oliveira, mas como Jornalista e como Radialista que já viveu na pele também essa questão de ser afastado, de ser proscrito, como aconteceu comigo, que fui banido dos microfones por ter feito críticas ao Governo passado. Eu gostaria de me solidarizar ao deputado Jocelito Canto, e mais até, gostaria que ele declinasse o nome desse partido ou o nome desse grupo que está por trás da retirada do ar de um companheiro de trabalho, porque senão vamos tecer alguns tipos de comentários maldosos, levianos até e fazendo injustiças.

Então, para evitar ilações, deputado, gostaria que o senhor desse nome aos bois nesta Casa, porque tenho certeza que todos os deputados que se fazem presentes nesta Casa, gostariam de saber quem são esses grupos políticos ou quem são esses grupos econômico-financeiros que estão por trás do afastamento do radialista Nilson de Oliveira.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

(Assentimento)

Apenas para dizer o seguinte: acho que nós não temos que ficar discutindo isso ou aquilo, desde que o deputado Jocelito não declinou o nome de quem é que fez ou não fez. Se ele não declinou especialmente o nome do partido, porque nós estamos em uma Casa Política e o deputado Jocelito é uma pessoa franca, aberta, destemido na sua vocação de comunicador.

Então, espero que ele decline o nome, até para que possamos balizar o nosso voto, porque daqui a pouco vou votar contra o meu Partido.

Então, gostaria que o deputado Jocelito declinasse o nome de quem estiver realmente fazendo isso lá com os profissionais do Rádio.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Vai estar na vontade do deputado declinar ou não o nome.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

O senhor presidente, quero dizer que vou votar a favor, mas gostaria que o deputado Jocelito Canto dissesse aqui, porque quando chega nesta Casa, se faz uma denúncia, eu acho que é preciso dar o nome da pessoa. Qual é o partido político, para que efetivamente votemos para dar credibilidade nas suas palavras que aqui foram proferidas.

Por isso o meu encaminhamento para que o deputado fale, sim, qual é esse partido político, para que não fique a dúvida. E ficar entre o falar e o não falar, porque complicar se podemos simplificar: vamos falar o nome do partido.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Para Encaminhar, com a palavra o deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, e senhores deputados.

Eu, como deputado representante da cidade de Ponta Grossa, que resido naquela cidade, tenho por obrigação colocar aqui que não foi o Partido do qual faço parte, o velho PFL de guerra, que tomou essa atitude de comprar ou arrendar uma das emissoras da Cidade de Ponta Grossa. E eu, pessoalmente, como deputado estadual e como pessoa, também não o fiz.

Então, só para deixar claro aqui a posição e para não criar dúvidas que o deputado Plauto, o PFL velho de guerra, está por trás de qualquer ação nesse sentido na cidade de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está em votação.

Senhores deputados que são favoráveis ao Requerimento, permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento nº 2521, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, para encaminhar.

(Assentimento).

É uma vergonha o que acontece no litoral do nosso Estado do Paraná, na cidade de Paranaguá, a cidade mais antiga do nosso Estado.

Estou requerendo, através deste expediente, que a Comissão do Meio Ambiente e a Comissão da Saúde da Assembléia Legislativa peticionem o governo do Estado, para que as devidas secretarias façam uma sindicância no

lixão de Paranaguá. Nas fotografias recentes, senhor presidente, onde o chorume está a céu aberto, correndo na região do Embocaí. Uma criação de gado também está presente no lixão de Paranaguá. Há fotografias de uma criação de porcos e uma pocilga também no lixão de Paranaguá. O lençol freático é baixo, praticamente, a céu aberto na região do Embocaí. A situação do lixão da cidade mais antiga do litoral do nosso Estado, que deve ter a qualidade na preservação do meio ambiente está em um estado deplorável. É necessário que as autoridades, a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria de Saúde, junto com a prefeitura da cidade de Paranaguá tomem as providências, para que a nossa cidade possa ter um aterro sanitário, condizente com as necessidades da população. Não é mais possível que isso esteja acontecendo a 80 quilômetros da nossa cidade, da Capital do Estado do Paraná.

O governo do Estado liberou nesses últimos quatro, cinco anos, através da secretaria - senão me falha a memória - do Paranacidade, do Desenvolvimento Urbano, uma verba destinada pela Caixa Econômica, para a constituição de aterros sanitários no interior do Estado. Parece que cem financiamentos desse tipo foram autorizados. Via de regra esses aterros sanitários, hoje, estão jogados às traças. As prefeituras não tiveram condições de realizar. É preciso que a Secretaria do Meio Ambiente, os órgãos do Estado, sobretudo também da Secretaria de Saúde, tomem conhecimento do que está acontecendo no nosso Estado, sobretudo no tratamento e na coleta de lixo das nossas cidades.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Mesa se solidariza com o líder do governo e está junto nesta luta.

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, a propósito das palavras do líder do governo, que fala do lixão de Paranaguá, eu também recebi uma denúncia que envolve a questão ambiental, em relação ao Porto de Paranaguá. Eu também vou encaminhar essa denúncia que recebi, ao ilustre presidente da Comissão do Meio Ambiente, deputado Waldir Leite, que é de Paranaguá, para que possa fazer uma averiguação *in loco*, sobre a situação ambiental do Porto Público de Paranaguá, no que se refere a fertilizantes e outros dejetos que estão caindo diretamente nas águas do nosso litoral do Paraná. Espero que a Comissão do Meio Ambiente, agora, com a força do líder do governo, possa tomar esses cuidados. Evidentemente, o deputado Waldir Leite, como presidente, poderá fazê-lo pessoalmente.

O SR. WALDIR LEITE (Para Encaminhar)

São dois assuntos que o Vanhoni levantou, que concordo e aprovo de imediato: voto favorável ao requerimento, o PPS inteiro vota. Que fique claro uma coisa: o governo do Estado, desde o tempo do governador Jaime Lerner, como agora no tempo do governador Requião,

nessa questão não foi possível fazer nada, nem destinar recursos ou coisa parecida. Mas a Prefeitura de Paranaguá, em outras épocas, tentou implantar um novo aterro sanitário na cidade e por ironia do destino foi a Promotoria Pública do Meio Ambiente, que até agora não liberou ainda áreas, para a implantação de um novo aterro sanitário. É vergonhoso quando falo que a Promotoria Pública do Meio Ambiente prejudica o litoral, é uma grande verdade, porque nem para o aterro sanitário eles liberam uma área. Pelo contrário, a cada três áreas que aparecem, eles nunca mandam fazer um estudo em uma só área. Eles sempre dificultam e mandam fazer os estudos em três áreas, para parecer que as coisas fiquem mais difíceis.

Além disso - o deputado Stica sabe - nos reunimos com a Petrobras, para tentar viabilizar também a implantação de um novo aterro sanitário. Parece vergonhoso, mas é uma vergonha, quando eu falo que a Promotoria Pública do Meio Ambiente prejudica o litoral é uma grande verdade, porque nem ao aterro sanitário eles liberam uma área e ainda pelo contrário, a cada três áreas que aparecem eles nunca mandam fazer o estudo em uma só área - eles sempre dificultam e mandam fazer os estudos em três áreas para que, pareça, que as coisas são mais difíceis.

Além disto também, o deputado Stica sabe, nós já nos reunimos com a Petrobras para tentar viabilizar também a implantação de um novo aterro sanitário.

Agora, o Conselho do Litoral, deputado Ângelo Vanhoni, também é outro órgão que também atrapalha bastante o litoral, porque quando é para ir uma empresa se instalar, quando é para fazer casas populares lá vai o Conselho do Litoral sempre indagar o que vem acontecendo. Mas, nesta questão do aterro sanitário, não vi, em nenhum momento, o Conselho do Litoral se manifestar para que realmente a questão ambiental seja defendida e seja preservado o litoral do Estado do Paraná. Eles só se manifestam quando é para proibir a construção de casa populares, quando é para proibir a implantação de alguma indústria, mas nessa questão que é muito importante, diga-se de passagem, até pela contaminação que o senhor falou do lençol freático, do chorume que vai para os rios, a baía fica contaminada, todas essas questões a gente já sabe, mas quem tem impedido de forma radical esse processo de implantação de aterro sanitário, inclusive com a cidade de Paranaguá já perdendo alguns recursos para implantação que foi oferecido, foi justamente, por ironia do destino, a Promotoria Pública do Meio Ambiente.

Então, essas e outras questões, quando a gente fala das barreiras ambientais, que nem para isto a gente consegue liberação de áreas, você imagine como que a cidade, como que a região do litoral vem sofrendo.

Então, de imediato eu aprovo esse requerimento e quero trabalhar em conjunto com o senhor que também é parnanguara, de maneira que o Conselho do Litoral nos ajude, que a Sema nos ajude e que, por favor, a Promoto-

ria Pública do Meio Ambiente pare de atrapalhar. Seria isto, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, quero somar aqui ao líder do Governo, e deputado Ângelo Vanhoni, realmente faz esse requerimento, esse pedido de informação, e com toda certeza um pedido de V. Exa. é muito mais do que um pedido de informação, será um pedido de providências por parte do governo do Estado.

Quero dizer que como líder da Oposição, deputado Vanhoni, me somo a V. Exa. total, irrestrito e incondicional apoio a V. Exa e para que não haja, inclusive, nenhum tipo de dupla interpretação ou de inconveniência na nossa solidariedade, me coloco à disposição também para, juntos pedirmos essas providências. Acredito que essa providência que o senhor requer neste momento, esse pedido de informação, vai culminar com imediata solução por parte do governo do Estado e por parte da Secretaria do Meio Ambiente.

A minha solidariedade, o meu apreço, o meu apoio.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, só posso agradecer o apoio manifestado pelos senhores deputados, em especial o deputado Waldir Leite, que sabe o quanto que o desenvolvimento da nossa cidade de Paranaguá é importante, sobretudo na preservação do meio ambiente. O governo do Estado do Paraná está fazendo o possível para melhorar a nossa cidade de Paranaguá. Recentemente a administração dos portos de Paranaguá e Antonina apresentou um projeto, vastíssimo no que diz respeito a readequação de toda a faixa portuária do nosso litoral. Inclusive foi feito o cancelamento agora recentemente da licitação que estava tramitando no governo federal da liberação de recursos para o cais oeste, uma obra na ordem de 250 milhões de reais. Procedendo este cancelamento o governo federal deverá fazer nos próximos dias um convênio com o governo do Estado do Paraná. Os estudos e os projetos para ampliação do cais já estão bem adiantados. Possivelmente no começo do ano que vem nós deveremos ter uma obra de envergadura no litoral do nosso Estado que vai repercutir na economia paranaense e na economia do Mercosul.

Agora, em relação às questões do meio ambiente a cidade de Paranaguá é uma cidade que sofre muito. Nós estamos numa baía, é uma região de preservação, uma região de mata atlântica e é preciso entender a vocação da nossa cidade que, além de ter um porto, precisa de desenvolver sobretudo, no ecoturismo e na prestação de serviço, na questão do turismo, em relação às praias e a sua preservação da sua identidade cultural, porque Paranaguá é a cidade mais antiga do nosso Estado.

Agradeço, deputado Durval Amaral, tenho certeza que os organismos do Estado, a Secretaria do Meio Ambiente, o IAP, a Secretaria da Saúde do Estado do

Paraná e o governo do Estado deverão proceder os estudos necessários e junto com a Prefeitura Municipal lá de Paranaguá encontrarão, num breve espaço de tempo, uma solução para o problema do lixão do aterro sanitário que, infelizmente, é uma vergonha para nós paranaenses ter uma situação como esta, onde que crianças, homens e mulheres, junto com porcos, junto com animais domésticos estão perambulando em cima do lixão de Paranaguá, onde que o chorume contamina não apenas o lençol freático, que é muito raso e contamina também os rios da nossa baía.

Era isto, senhores deputados, muito obrigado pelo apoio dos senhores.

O SR. RATINHO JÚNIOR (Pela Ordem)

Apenas em nome do Bloco Independente eu gostaria de parabenizar o deputado Ângelo Vanhoni pela iniciativa sabendo dos problemas que existem no litoral paranaense, Paranaguá, Matinhos e que muitos anos vêm sofrendo dificuldades. Sem dúvida alguma tem que haver empenho dos deputados e principalmente do governo do Estado para ajudar o litoral paranaense, tanto tempo abandonado, inclusive com muitos problemas políticos, até mesmo com troca de prefeitos e assim por diante.

Parabéns ao deputado Ângelo Vanhoni, por esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em votação.

Aprovado.

Requerimento nº 2523, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, com apoio dos senhores deputados Ademir Bier, Ailton Araújo, Doutor Luciano, e demais senhores deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de deixar consignado com relação a este requerimento, acho que de todas as CPI's, com todo respeito, acho que a CPI do Banes-tado acaba sendo a mais complexa, porque envolve vários itens, várias questões. Nesse caso específico o pedido de prorrogação por mais 15 dias é inclusive para que seja realizada a audiência com o ex-secretário Gionvani Gionédís que sucessivamente, por três vezes, se recusa a comparecer à CPI.

Mas eu quero deixar registrado que, segundo nosso Regimento Interno, o prazo é de 120 dias prorrogáveis por mais 60. Evidentemente o Plenário é soberano e nós já usamos este prazo. Falo isso por quê? Porque quando nós estávamos na CPI já colocávamos que este período de 180 dias era, de fato, muito pequeno, muito exíguo, para analisar um assunto de tamanha complexidade. Vou votar favoravelmente, acho até que talvez seja preciso pedir mais prazo, porque em 15 dias acho que não fecha essa questão, mas me senti legitimada em deixar consig-

nado aqui porque era uma preocupação que eu tinha, desde o início e colocavam que em 60 dias este assunto estaria resolvido, vimos que não era bem assim.

Quero dizer também que espero, sinceramente, que ao final desta CPI tenhamos então os nomes e sejam apontados os responsáveis, aqueles que cometeram crime contra o patrimônio público.

Vamos votar favoravelmente mas na expectativa que tenhamos este resultado que é o resultado que o Paraná espera.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Adiado na forma regimental de acordo com o artigo 155 a pedido do deputado Elio Rusch.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Senhor presidente, é com muita alegria que eu quero anunciar na Casa, o professor Daniel Fernandes de Moraes e da professora Stela. Vieram aqui hoje prestigiar os trabalhos e o professor é uma das pessoas mais importantes da nossa vida porque forma o advogado, o contabilista, o médico, o arquiteto enfim, nós, os políticos.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos a visita.

Requerimento nº 2517, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2518, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2519, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2522, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2524, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2525, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2526 e 2527, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 556 e 613/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 234, 279, 285, 394, 409, 443, 566, 582 e 598/2003 e do de Lei Complementar nº 609/2003 e do de Lei nº 633/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 064, 078, 205, 272, 438, 446, 479, 483, 498, 515, 552, 569, 595, 596, 603, 607, 610 e 621/2003.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 341/2003

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão da Comissão de Promoção, instituída pelo Ato da Comissão Executiva nº 058, de 21 de março de 2002, deste Poder,

R E S O L V E :

Promover, os funcionários abaixo relacionados, todos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para o cargo de Procurador N.U.1-3ª Classe, conforme especifica:

HILTON RONALD ALICE - Mat. 044 - por antigüidade

DIMITRYA PIRIH MARANHÃO - Mat. 138 - por merecimento

MARIA DE LURDES BIZETTO - Mat. 330 - por antigüidade

MARCO ANTÔNIO MARCONSIN - mat. 146 - por merecimento

PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES - Mat. 596 - por antigüidade.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das comissões, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto, Nelson Tureck e Ratinho Júnior. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 281/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Relator: deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do deputado Waldir Leite. Relator: deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com voto contrário do deputado Tadeu Veneri; 03) Projeto de Lei nº 486/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Relator: deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 243 e 330/2003 (anexados), de autoria dos deputados Padre Paulo Campos e Mauro Moraes, respectivamente. Relator: deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Relator: deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 427/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Relator: deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 126/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Relatora: deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 08) Indicação nº 086/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori. Relator: deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 09) Indicação nº 096/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Relator: deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 10) Indicação nº 078/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Relatora: deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

Solange Mann - Secretária